



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - EAD

MARIA IMACULADA SAMPAIO OLIVEIRA

**A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES:
UMA ABORDAGEM SOBRE A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES E DO PPP DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ROSARINHA PIMENTINHA- CAPELINHA-
MG.**

Diamantina-MG

2024

MARIA IMACULADA SAMPAIO OLIVEIRA

**A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES:
UMA ABORDAGEM SOBRE A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES E DO PPP DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ROSARINHA PIMENTINHA-CAPELINHA-
MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do Diploma de Graduação em
Licenciatura em Pedagogia, à Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Msc. Sérgio Wilson de
Araújo

Diamantina-MG

2024

MARIA IMACULADA SAMPAIO OLIVEIRA

**A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES:
UMA ABORDAGEM SOBRE A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES E DO PPP DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ROSARINHA PIMENTINHA-CAPELINHA-
MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Msc. Sérgio Wilson de Araújo (Orientador)

Prof^a.Dr^a Flaviana Tavares Vieira (Banca examinadora)

Prof^a.Esp. Bressane Máisa Reis de Souza (Banca examinadora)

Diamantina-MG

2024

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo apoio.

Ao orientador Sérgio.

Aos professores do curso de licenciatura em pedagogia.

À coordenadora do curso Prof^a.Dr^a Mara Lúcia Ramalho.

Aos meus amigos.

Aos pequenos alunos das turmas do Estágio supervisionado.

E a Deus, que me apresenta a cada dia um desafio a ser vencido para transpor com sucesso a linha de chegada.

Gratidão Eterna!

.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES:
UMA ABORDAGEM SOBRE A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES E DO PPP DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ROSARINHA PIMENTINHA-CAPELINHA-MG.

RESUMO

A Educação Ambiental foi regulamentada no Brasil através da Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a política nacional de EA. Esta lei traz entre os objetivos fundamentais, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (Artigo 5º, inciso I). Assim, apresenta-se a importância da Educação Ambiental no cotidiano das Escolas na busca da formação de cidadãos críticos e participativos. Os Parâmetros Curriculares (PCNs) desde a década de 1990, apresentam o tema separadamente enfatizando a importância da Educação Ambiental para a formação cidadã do sujeito desde a infância. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, contempla a Educação Ambiental desde a infância no exercício dos direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Exercer esses direitos instigam as crianças compreender o mundo que as cerca. Na educação Básica, o tema Educação Ambiental traz uma necessária articulação que envolva ações estratégicas, de acordo com as habilidades definidas à série, e que conduzam os indivíduos a refletirem o seu papel na sociedade. Prioritariamente, de maneira contínua, na educação Infantil, no Ensino fundamental dos anos iniciais e finais, culminando assim no Ensino Médio, almejando alcançar o protagonismo jovem, a partir de uma metodologia transversal, aplicada em todos os conteúdos, conforme o preconizado nas Leis Educacionais vigentes. A proposta desse Trabalho consiste no estudo bibliográfico e documental das leis ambientais vigentes no Brasil, com vistas a percepção de efetividade e eficácia na Educação ambiental aplicada nas escolas, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha, situada em Capelinha-MG, por ser uma escola que atende crianças, adolescentes e jovens no ensino fundamental e médio, com a finalidade de analisar a aplicação do ensino na Instituição Escolar de acordo com os documentos norteadores, Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) , Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Referência de Minas Gerais, com destaque em uma Educação Ambiental como tema contemporâneo transversal.

Palavras-Chave: Meio ambiente; transversalidade; autonomia; protagonismo; leis ambientais; Capelinha-MG.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEAs	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EEPRP	Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
MMA	Ministério de Meio Ambiente
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 JUSTIFICATIVA	9
3 OBJETIVOS.....	10
4 REFERENCIAL TEÓRICO	10
4.1 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA-1999).....	10
4.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).....	12
4.3 Currículo Referência de Minas Gerais.....	14
4.4 Temas contemporâneos Transversais (TCTs).....	15
4.5 Projeto Político Pedagógico da Escola Professora Rosarinha Pimentinha - Capelinha - MG	16
5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 INTRODUÇÃO

Nada simples descrever sobre a responsabilidade ambiental frente às consequências que a humanidade enfrenta em relação a degradação ambiental e à complexidade do tema, haja vista, que diz respeito às ações que estão diretamente ligadas ao estilo de vida dos cidadãos. Uma responsabilidade que é na verdade de cada um de nós.

Definir um tema para um projeto de pesquisa com foco na Educação Ambiental mostra-nos que é urgente formar cidadãos conscientes no manejo com o meio ambiente e não há outro meio a não ser através da Educação. Uma Educação que vai muito além de ler, escrever e fazer cálculos matemáticos, mas sim uma educação que usufrui da possibilidade de transformar as vidas e modificar a sociedade, com vistas à construção de cidades sustentáveis, democráticas, participativas e socialmente justas. Portanto uma análise da teoria e das práticas que fazem parte do currículo escolar, vigentes na contemporaneidade, é importante partindo do pressuposto da Educação como transformadora do sujeito em relação ao conhecimento, as habilidades e as atitudes.

A Educação Ambiental (EA) deve estar presente em todos os espaços educativos sendo formal e não formal, principalmente na escola, mas não é exclusivamente nela que se desenvolvem ações educativas deste tipo, visto que nos espaços formais de ensino, uma das maiores dificuldades da inserção da Educação Ambiental está no fato de que há uma dificuldade de compreender a EA e a transversalidade prevista nos documentos norteadores.

A função docente deve trazer a preocupação sobre o alcance dos conteúdos curriculares na formação do sujeito, formando sujeitos ativos e responsáveis pela preservação do meio ambiente a partir de atividades sustentáveis. O espaço escolar é um local de movimento, onde agregam pessoas de idades e culturas diversas, não pode ser um espaço neutro onde não se leva em consideração a realidade dos indivíduos, incluindo toda Comunidade Escolar, em especial os alunos.

Na construção de um mundo melhor é preciso atitude. E esta atitude deve estar acompanhada do conhecimento e da habilidade de um desenvolvimento ambiental com sustentabilidade mantendo uma estreita relação com a viabilidade ecológica. Bem contraditório pensar a educação como transformadora e na prática

não efetivar ações continuadas dentro da proposta curricular que vise uma transformação social e ecológica pela educação. Por isso, tratar sobre a transversalidade da EA é primordial na difusão do processo de ensino que vise a protagonização e a autonomia do sujeito desde a sua infância. A transversalidade possibilita um trânsito livre do tema em todas as disciplinas visando uma formação consciente dos alunos em relação ao ambiente em que vivem.

Como promover sujeitos ativos e protagonistas em ambientes passivos e sem autonomia? No livro *Educação para a Liberdade* de Paulo Freire, é notório o quanto não evoluímos em sociedade e que ainda não conseguimos compreender a sociedade, como cita Paulo Freire (1967):

“Que numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse a procurar da verdade em comum, “ouvindo, perguntando e investigando”. Portanto só é possível compreender uma Educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade” (Freire, 1967, p.90).

Uma citação também importante do livro “educação como prática da liberdade que apresenta a responsabilidade de pensarmos uns nos outros, adaptando, integrando e ajustando os comportamentos através do conhecimento”.

“A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não pode absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser “situado e datado”. Daí que a massificação implique no desenraizamento do homem. Na sua “destemporalização”. Na sua acomodação. No seu ajustamento” (Freire, 1967, p.42).

Não há como mudar comportamentos sem a compreensão e a leitura do mundo entendendo sobre as consequências desastrosas de uma deseducação para o consumo e uma negação do presente e do futuro como se não dissesse respeito a cada ser humano. Essa é uma importante missão que tem a Educação na transformação do ser humano. Daí uma necessidade de um envolvimento mais

intenso das Instituições Escolares no processo da Educação Ambiental para a transformação do Indivíduo como protagonista para um mundo mais sustentável.

2 JUSTIFICATIVA

O trabalho de conclusão de curso- TCC realiza uma análise da Educação Ambiental como tema transversal a partir do estudo dos documentos norteadores, desde a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) , os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2010) e os documentos atuais , Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2018) , Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG,2018) , com ênfase no Projeto Político Pedagógico (PPP,2022) da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha, situada em Capelinha-MG.

Salienta sobre os aspectos da responsabilidade ambiental das Instituições Escolares na formação do sujeito, possibilitando que os alunos se tornem agentes ativos através de uma educação pautada no compromisso com a Cidadania. E neste caso, o Projeto Político Pedagógico é o documento orientador da Instituição escolar que deve traduzir a realidade local nos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais numa relação com as diretrizes educacionais vigentes, dando formato à execução da Educação Ambiental no contexto escolar.

O estudo volta-se à Educação Ambiental como tema transversal contemporâneo que se apresenta integrada a todas as disciplinas, contextualizando à matemática, às linguagens, às ciências da natureza, a religião, artes e todos os conteúdos curriculares visando a importância da sustentabilidade ambiental e a formação integral dos alunos como cidadãos críticos, reflexivos, dinâmicos, conscientes e participativos. Garantindo a cada aluno a possibilidade de analisar a realidade em que vivem com base nos estudos da Educação Ambiental (EA) para uma mudança de paradigmas em relação a eficiência e efetividade das Políticas Públicas de direito, entre elas o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

3 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Compreender a transversalidade da Educação Ambiental nas Instituições escolares através da análise dos documentos norteadores.

Objetivos específicos:

- Analisar as Leis ambientais no que diz respeito a Política Nacional de Educação Ambiental e sua transversalidade;
- Analisar referenciais que tratam sobre o tema da transversalidade da Educação Ambiental e sua aplicabilidade;
- Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Rosarinha Pimentinha observando a prática da transversalidade na Educação.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA-1999)

Ao iniciar o processo de análise dos documentos norteadores da transversalidade da Educação ambiental, fez-se necessário revisitar a Política Nacional de Educação Ambiental- Lei 9.795 de 1999 que tem como propósito a integração das dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento do país. Nos estudos dos preceitos da Educação Ambiental reforça o posicionamento do qual estamos distantes de trazer para nós mesmos esta responsabilidade enquanto cidadãos, na compreensão da responsabilidade ambiental que cabe a cada um. De acordo com o ProNEA:

O Programa Nacional de Educação Ambiental, cujo caráter prioritário e permanente deve ser reconhecido por todos os governos, tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, buscando o envolvimento e a participação social na proteção; recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida. Nesse sentido, assume as seguintes diretrizes: Transversalidade e Interdisciplinaridade; Descentralização Espacial e Institucional; Sustentabilidade Socioambiental; • Democracia e

Participação Social; Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. (Brasil, 1999, p.33)

Dentre as linhas de ação e as estratégias preconizadas na Política Nacional de Educação Ambiental, enfatiza-se sobre a inclusão da Educação Ambiental nas instituições de ensino tendo como princípios: “O Incentivo à inclusão da dimensão ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino; o Estabelecimento de uma reestruturação da educação em direção à sustentabilidade, por meio inclusive da construção de novos currículos de Educação Ambiental; o incentivo à gestão escolar dinâmica, aproveitando as experiências acumuladas, trabalhando com a pedagogia de projetos e promovendo a integração entre as diversas disciplinas” (Brasil, 1999).

Estas linhas de ação previstas na ProNEA em 1999, foi consagrada em 2010, quando o Conselho Nacional de Educação- CNE, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dispendo sobre a transversalidade e sobre os temas não disciplinares destacados no artigo 16:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual [...] que devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da Base Nacional e da parte diversificada do currículo (CNE\CEB, 2010, p.05).

O artigo 16 destaca claramente a articulação dos conteúdos e a atenção aos temas que afetam a vida humana em escala global, regional, local e individual. E apontam a responsabilidade da educação na formação da cidadania dos indivíduos que se colocam a disposição de exercitar cotidianamente o papel transformador da qual Paulo Freire se orgulhava em dizer. “A Educação não muda pessoas, Educação transforma pessoas e pessoas mudam o mundo” (Freire, 1971). Nessa perspectiva otimista é que a educação formal e informal deve assumir este compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Sobre o significado da palavra transversalidade, esta apresenta-se descrita em sua tradução no parecer n 07 de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

A transversalidade e interdisciplinaridade se complementam no processo educacional, haja vista que enquanto o primeiro refere a dimensão didático - pedagógica, a outra trata da abordagem e de como se dá a produção do conhecimento e como está relacionada com cada disciplina. Trazendo a possibilidade da formação de um cidadão crítico, consciente de sua realidade e do seu papel social no mundo. É importante que a EA transite nas diversas disciplinas, porque é assim no cotidiano. A intervenção ambiental ocorre cotidianamente em todas as áreas e, portanto, não pode ser tratada isoladamente. É só observar os efeitos do mal uso do solo, da água, da energia, dos minerais e dos vegetais. Insumos renováveis e não renováveis.

No ano de 2012, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação disponibilizou material Educativo voltados à Educação Ambiental, dos quais destaca-se o Tema: “Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais”. Daí, tomando por base o material disponível, a investigação tornou-se ainda mais envolvente sendo uma leitura que motiva o leitor a repensar as práticas cotidianas e subsidiar a análise dos documentos norteadores nacionais e municipais.

4.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018)

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular foi homologada no Brasil, compreendendo a integralidade do aluno como sujeito ativo em desenvolvimento. Portanto, compreender a função social da Educação, prevista na Lei de Diretrizes e Bases é promover o sujeito aluno a sua cidadania plena, possibilitando o alcance

das competências e dos direitos de aprendizagem previstos na BNCC para a Educação Básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, versão final, 2018, p.7)

Com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (Brasil, 2017)

Sobre as competências previstas na LDB e definidas na BNCC, é possível compreender a transversalidade na Educação, haja vista, que as competências se entrelaçam e fortalecem uma em relação à outra.

A 1ª competência da BNCC é o Conhecimento, e se refere a desenvolver um repertório sobre o mundo a partir dos conhecimentos que a humanidade já produziu, utilizando das informações para entender e explicar a realidade. A competência 2 e o Pensamento científico, crítico e criativo, que promove a capacidade de elaborar hipóteses, construir teses e investigar incentivando os alunos a usar a criatividade propondo novas alternativas para resolver problemas. As competências 3,4 e 5 estão entrelaçadas, repertório cultural, comunicação e cultura digital, visam a integração do aluno em relação ao mundo digital, artístico e favorecem no desenvolvimento para a escuta e a capacidade de expressar ideias, opiniões e emoções de forma ética, crítica e significativa.

As competências 6, 7 e 8 respectivamente: - Trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; fecham um grupo de formação para a cidadania, conhecimento, e os direitos de aprendizagem, que estimulam a autonomia e o protagonismo do sujeito aluno propondo o desenvolvimento de habilidades e competências que contribuem para a construção de valores e do reconhecimento da identidade do aluno (BNCC, 2018).

As competências 9 e 10 trabalham em sintonia. A empatia e cooperação trabalha o desenvolvimento social dos alunos, para que eles conheçam o mundo em que vivem e sejam agentes de transformação, com respeito à diversidade e aos direitos humanos e a responsabilidade e cidadania se concentra nos princípios éticos, democráticos, inclusivos e sustentáveis de uma sociedade (BNCC, 2018).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BNCC, versão final, 2018, p.8).

De acordo com o documento oficial da BNCC (2018), “é imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB”.

4.3 Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG-MG)

A partir do estudo da BNCC (2018) e do Currículo Referência de Minas Gerais (2018), recorrendo a um maior suporte teórico de fundamentação para a abordagem de temas contemporâneos de forma transversal e integradora, apareceu em destaque na pesquisa, além de outros documentos atuais uma parte da série, temas

contemporâneos transversais, com o título “Educação Ambiental, Educação para o consumo”, o qual traduz a proposta de uma Educação como princípio norteador de aprendizagem.

A Base Nacional Curricular Comum e os currículos elaborados a partir dela têm papéis complementares para a garantia do direito à aprendizagem, assegurando, assim, que os estudantes desenvolvam competências, que se definem como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana (SEE-MG, p.9).

4.4 Temas contemporâneos Transversais (TCTs)

Revisitar os documentos que propõem a educação transversal de temas contemporâneos permite a compreensão do quão urgente é a organização sistemática da Educação brasileira. Temos muito que aprender para conseguir mediar os conteúdos curriculares e a transversalidade dos temas contemporâneos, definidos na BNCC como TCTs- Temas Contemporâneos Transversais, que não são exclusivos de um componente curricular ou de uma área de conhecimento, mas perpassam a todos, de forma transversal e integradora.

A transversalidade fica clara no estudo do caderno de meio ambiente da série Temas contemporâneos transversais, lançado pelo Ministério da Educação em julho de 2022, que define a transversalidade como “um princípio que desencadeia metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica de aprendizado”. Portanto, “*transversalizar*” é encontrar a importância dos temas contemporâneos, relacionando-os com os conteúdos curriculares ao qual dizem respeito. É proporcionar a docentes e discentes a apropriar-se de temas que dizem respeito à qualidade de vida, exercitando a cidadania e a vida em sociedade.

“A abordagem e a inserção dos temas contemporâneos transversais -TCTs no contexto da Educação Básica, vem contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem”. (Brasil, 2022, p.9)

Assim, mesmo dispondo de instrumentos legais e uma política pública que contemple a difusão da transversalidade no ensino, desenvolvidos com a finalidade

de promover uma mudança social e cultural colocando em prática o conhecimento, as habilidades e atitudes em favor do meio ambiente, encontra-se dificuldades em propor estratégias interdisciplinares, intersetoriais e transversais que devem estar evidentes no Projeto Político Pedagógico de todas as Instituições Escolares.

4.5 Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha- Capelinha-MG

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se encontra. O PPP sistematiza, organiza e integra - de forma contínua e, portanto, nunca definitiva através de um planejamento democrático e participativo.

A escola de referência para este trabalho é a Escola Estadual “Professora Rosarinha Pimentinha”, que atende os níveis de ensino Fundamental I e II e Médio e à Educação carcerária, através da análise do Projeto Político Pedagógico, reelaborado no ano de 2022.]

A escola recebe crianças, adolescentes, jovens e adultos, residentes na Zona Rural e Urbana, trata-se de um público abrangente, fator importante para um resultado eficiente da pesquisa documental e bibliográfica com foco na análise do planejamento sobre Educação Ambiental na Escola Estadual Rosarinha Pimentinha, enfatizando os aspectos da transversalidade.

“O papel da escola na construção da sociedade, está relacionado à formação do cidadão de bem, que saiba lidar com as dificuldades que a vida lhe ofereça, que pense bem antes de tomar suas decisões. Essa formação perpassa por uma ideia de sujeito crítico, participativo e consciente das transformações do mundo e da vida em sociedade. Com a implementação do currículo atual, as novas práticas e metodologias irão de encontro com a realidade dos alunos”. (PPP-E.M.P.R. P, 2022, p.6)

Portanto, há uma intencionalidade futura de instigar o debate nas escolas levando a uma análise sobre o papel da educação no contexto ambiental; destacando indicadores a serem debatidos como: consumo sustentável, degradação

ambiental, saneamento básico entre outros indicadores que influenciam na qualidade de vida de todos os cidadãos.

Porém ressaltadas a importância de um maior estudo sobre a legislação brasileira nos aspectos da transversalidade da Educação Ambiental é que se elenca a análise do PPP como prioritário a futuros encaminhamentos sobre o tema na escola de referência.

5. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para aprofundamento sobre o tema realizou-se a leitura de artigos que dão base aos temas transversais e que foram relevantes para subsidiar os encaminhamentos posteriores para a escrita final do trabalho de curso.

Entre os Documentos norteadores foi feita a leitura e análise do currículo de Minas, adotado pela Rede Pública de Ensino no município de Capelinha, relacionando com as diretrizes e perspectivas da BNCC em relação a Educação ambiental e a transversalidade. E de acordo com as competências previstas no documento releva-se a habilidade da argumentação citada na página 10 do currículo de referência de Minas Gerais:

“Que os alunos argumentem com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta’ (Minas Gerais, 2018, p.10)

Sequenciando ao estudo dos documentos norteadores fundamentais para a análise do Projeto Político pedagógico (PPP) da Escola, toma-se por base a reelaboração do PPP ter sido feita no ano de 2022, com as devidas atualizações, trazendo um alinhamento contextual mais assertivo.

“A E.E. Rosarinha Pimentinha foi uma conquista da comunidade no ano de 1991, foi à primeira escola a ser construída no Bairro Piedade. Iniciando suas atividades no dia 02 de fevereiro de 1991. Seus primeiros alunos eram todos moradores do bairro e adjacências. O terreno para a construção da escola foi doado pela Prefeitura Municipal de Capelinha, sendo o prefeito da época, Dr. Edmar Pimenta de Figueiredo. A doação do terreno foi aprovada pela Câmara Municipal de Capelinha. A primeira diretora da escola foi a Sr.ª Maria Gorete Caldeira Pimenta. A escola atendia aos alunos do Ensino Fundamental. O

nome da escola é uma homenagem a uma das primeiras professoras de Capelinha: D. Maria do Rosário Pimenta”. (PPP. E.E.P.R.P, 2022, p. 6)

A escola situa-se no bairro Piedade, do lado norte da Cidade de Capelinha-MG. Abrange um território com 7 bairros além de atender alunos que residem em Comunidades rurais, recebe anualmente cerca de 1.300 alunos entre crianças, adolescentes e jovens. Possui uma estrutura privilegiada, com quadra de esportes e área verde. É promotora de Projetos educacionais socioambientais e culturais e mantêm um bom relacionamento com a Comunidade Escolar e órgãos públicos do entorno. Na foto abaixo, mostra a parte interna da escola, ao fundo a quadra de esporte.

FOTO 1: Fotos mostram o interior da escola - Família na escola - 2023



Fonte: (<https://www.facebook.com/p/Escola-Estadual-Rosarinha-Pimentinha-Capelinha-MG>)

Para o ensino Fundamental e o ensino médio, níveis de ensino atendidos pela Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha, o estudo das páginas 33 a 39 do Projeto Político Pedagógico, clarearam sobre os itinerários formativos, que correspondem a um conjunto de atividades curriculares orientados pelas diretrizes Curriculares Nacionais, numa proposta de trabalhar as atividades que se articulem pela formação integral do sujeito e sua integração com o meio ambiente de forma transversal envolvendo temas contemporâneos destacados no caderno meio ambiente da série Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Comum Curricular – Educação Ambiental- Educação para o consumo.

Portanto, a práxis utilizada para a análise do Projeto Político pedagógico da Escola referenciada, foi o estudo da educação ambiental no documento norteador da escola e na forma em que está disposto a organização curricular nos conteúdos programáticos, observando um contexto que vai além da reflexão, criando através da educação as possibilidades de “resgatar valores, rever teorias, ressignificar experiências e promover vivências e aprendizagens contextualizadas e significativas, enfim, construir um projeto que demonstre intencionalidade e convergência com o Currículo e a Base, bem como com a realidade do território e dos estudantes”.

Porém entre os materiais estudados destaca-se o material disponibilizado pelo MEC no ano de 2022 intitulado: Caderno de meio ambiente- Educação Ambiental- Educação para o consumo, da Série, Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Comum Curricular- BNCC. Este totalmente voltado para a abordagem transversal da Educação Ambiental na Educação Básica.

“No contexto da BNCC, os temas contemporâneos transversais apresentam-se como questões inescapáveis do nosso tempo que devem ser consideradas e desenvolvidas no âmbito do currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto aos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica. Com o acolhimento dos TCT’s o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as realidades em suas diferentes escalas” (Brasil, 2022, p.48,49)

Por fim, a avaliação dos três documentos (BNCC, Currículo, PPP) que devem estar inseridos, direta e indiretamente, no Plano de Curso e Plano de Aula dos professores, permitem que todo o arcabouço legal, conceitual e material possa se

efetivar em sala de aula, ou fora dela, no processo de ensino e aprendizagem com os estudantes de forma que a teoria e a prática façam a mudança que o meio ambiente precisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao terminar o estudo da BNCC no que está relacionado ao meio ambiente, destaca-se a relação entre a teoria e as práticas do cotidiano, compreendendo os direitos de aprendizagem dos alunos na Educação Básica. Portanto, o atendimento integral na educação se relaciona amplamente na ocupação do ambiente pelos sujeitos que transitam na escola claramente definido no Currículo mineiro.

“O Currículo Referência de Minas Gerais e a BNCC nos convidam a olhar para a educação do ponto de vista do desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos. Neste sentido, a formação integral do cidadão deve contemplar o respeito a si e aos outros; a compreensão da realidade constitutiva brasileira e das questões étnico-raciais que a permeiam; o desenvolvimento da empatia por meio do conhecimento; e a atenção e o cuidado com o meio ambiente que nos cerca” (Minas Gerais, 2018).

A BNCC e o currículo se alinham no sentido de que a educação tome por prioridade a formação cidadã do sujeito em sua integralidade. E o PPP dá forma identitária à escola em seu domínio territorial acordando com seus pares as metodologias cabíveis para alcançar as competências previstas na BNCC.

“O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se encontra. O PPP sistematiza, organiza e integra - de forma contínua e, portanto, nunca definitiva - o processo de planejamento democrático e participativo da escola, definindo a ação educativa que se quer realizar. O PPP é o nosso plano global da escola. Ele apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas da escola, que expressam e orientam suas práticas, documentos e demais planos - como o Regimento Escolar, Planos de Ensino- Aprendizagem e Projetos Escolares, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB”. (E.E.P.R.P, PPP, 2022, p.3)

Na análise do Projeto Político Pedagógico da escola Rosarinha Pimentinha sobre o tema relacionado ao meio ambiente e a prática da transversalidade, destaca-se na citação em que o Projeto Político Pedagógico aponta os objetivos

para a aprendizagem dos estudantes e define como trabalhar para atingir tais objetivos.

“O documento traz a unidade em relação à intencionalidade educativa da nossa escola, alinhada às diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), fortalecendo a identidade de nossa escola, esclarecendo sua organização, apontando os objetivos para a aprendizagem dos estudantes e, principalmente, definindo como nossa escola irá trabalhar para atingi-los. Traduz o que temos como proposta em relação ao currículo, à forma de gestão, à organização das práticas de ensino, às formas de avaliação e, principalmente, ao diagnóstico da situação atual com perspectiva de onde queremos chegar”. (E.E.P.R.P, PPP, 2022, p. 4)

Na intencionalidade educativa prevista no PPP da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha, é apontado os objetivos para a aprendizagem dos estudantes numa relação com o currículo de Minas, o que traduz o envolvimento da escola na construção de um documento organizador das ações. “O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB- Lei nº 9394/96) em seu artigo 12. É o instrumento balizador para a atuação da instituição de ensino e, por consequência, deve expressar a prática pedagógica de uma escola, dando direção à gestão e às atividades educacionais. O que pressupõe que o Projeto da escola deve atender às dimensões política e pedagógica que lhes são atribuídas (Brasil, 2022).

“A dimensão Política, porque traduz pensamento e ação, expressando uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional e de estudante que se deseja. Pedagógica, porque possibilita tornar real a intenção da Escola, subsidiando a orientação educativa no cumprimento de seus propósitos” (BRASIL, 1996).

Observa-se que a escola cumpre o compromisso de atualizar o PPP no ano de 2022 com a participação da Comunidade escolar e que procura evidenciar os temas contemporâneos contextualizando com os conteúdos curriculares. Assim descritos no PPP sobre Cidadania e os direitos humanos:

“Entende-se que a educação é ao mesmo tempo um dos direitos humanos fundamentais e condição para a garantia dos demais direitos. É papel do educador, dar ênfase no que diz respeito a esses direitos na construção de uma sociedade justa e democrática e propor a **transversalidade** da educação em e para os direitos humanos analisando também as experiências de cada sujeito social” (PPP-EEPRP, 2022, p.21).

Sobre diversidade e Inclusão na aprendizagem:

“Ao se dizer da qualidade educacional é preciso levar em consideração a implementação de uma educação que busque formar cidadãos e cidadãs **conscientes do ambiente** que os cerca e das diferenças existentes entre os diversos sujeitos que compõem nossa sociedade. Neste âmbito, é fundamental se pensar no desenvolvimento de ações para a cidadania e os direitos humanos, para a educação das relações étnico-raciais e para a **educação ambiental**. O Currículo Referência de Minas Gerais e a BNCC nos convidam a olhar para a educação do ponto de vista do desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos. Neste sentido, a formação integral do cidadão deve contemplar o respeito a si e aos outros; a compreensão da realidade constitutiva brasileira e das questões étnico-raciais que a permeiam; o desenvolvimento da empatia por meio do conhecimento; e a atenção e o cuidado com o meio ambiente que que nos cerca” (PPP-EEPRP, 2.022, p.19).

Sobre a Educação das relações étnico-raciais:

“A escola deve promover um ambiente democrático, cujas diversidades étnico-raciais sejam contempladas, desde a organização do currículo até ações efetivas contra as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias. Sendo assim, a escola buscou desenvolver conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, enfatizando as contribuições históricas e contemporâneas de personalidades negras para a formação político-social de nosso país desenvolvendo um trabalho efetivo com a história e a história da África e afro-brasileira, construindo valores e respeito pela diversidade de etnias e culturas que compõe o nosso país” (PPP-EEPRP, 2022, p. 22).

E sobre a Educação Ambiental o PPP da Escola Estadual professora Rosarinha Pimentinha ressalta os seguintes tópicos:

“A educação ambiental surge com o propósito de despertar a consciência da população global sobre os problemas ambientais consequentes das atividades humanas e como ajudar a combatê-los, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio ambiente. Por isso, a escola desenvolve atividades que permitem aos estudantes a tomada de consciência de sua realidade global, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza e como elas impactam na aprendizagem”.

“A escola promove atividades sobre a importância de preservar o meio ambiente, e a reutilização de alguns materiais, aproveitando o que seria jogado no lixo”.

“Atualmente é comum percebermos que as escolas valorizam atitudes sustentáveis e, os alunos aprendem a dar mais importância naquilo que pode tornar-se um novo produto e diminuir a quantidade de lixo produzido”.

“A educação ambiental também diz respeito ao reconhecimento dos saberes locais, que são identificados, valorizados e apropriados pela escola. Trabalha-se com os alunos a importância da alimentação saudável, com o projeto "horta na escola", onde os alunos plantam, cuidam, colhem e os alimentos produzidos reforçam a merenda escolar”.

“A escola valoriza o processo produtivo e fomenta o empreendedorismo ambiental local trabalhando com a agricultura familiar na merenda escolar. Vários agricultores são pais de alunos da própria escola e vários alunos que

moram na zona rural são os responsáveis pela entrega de produtos na escola, o que oportuniza muita troca de experiências entre os alunos da zona rural e urbana”.

“Para potencializar ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável com a comunidade, a escola tem desenvolvido ações como palestras, debates, visitas às nascentes, trabalho com reciclagem e **projetos interdisciplinares**. Na escola possui professores, serviços e pais de alunos que fazem parte de conselhos do meio ambiente” (PPP-EEPRP, 2022, p. 19 a 22).

Nas páginas 28 a 56 do PPP da Escola referência, foram apresentados os Planos de Ação da escola, para todos os níveis de ensino e a partir do estudo do PPP da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha nota-se que o termo transversalidade e interdisciplinaridade aparecem ocupando lugares distintos no PPP analisado, através de uma breve pesquisa sobre os termos. Valho-me também do texto retirado do artigo: O princípio da interdisciplinaridade e da transversalidade de Amélia Hamze – professora FEB-CETEC – FISO E ISEB- Barretos- Colunista Brasil Escola, para analisar o PPP da escola (Hamze, 2021).

“A abordagem dos temas transversais deve se orientar pelos processos de vivência da sociedade, pelas comunidades, alunos e educadores em seu dia a dia. Os objetivos e conteúdos dos temas transversais devem estar inseridos em diferentes cenários de cada uma das disciplinas. Considera-se a transversalidade como o modo apropriado para a ação pedagógica destes temas. A transversalidade só tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento de conteúdos de forma integrada em todas as áreas do conhecimento. A transversalidade e interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares (Hamze, 2021)”.

“Os temas transversais são campos férteis para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em concordância com as áreas do conhecimento, pois ao usar a criatividade de maneira a preservar os conteúdos programáticos vinculam-se aos contextos, que podem ter evidência prática na vida real, social e comunitária do aluno. Convém ressaltar que a ética e a cidadania são temas que devem ser inseridos em todas as disciplinas, de maneira interdisciplinar e transdisciplinar contribuindo para a qualidade da construção de saberes e valores cognitivos, afetivos e sociais”. (Hamze, 2021)

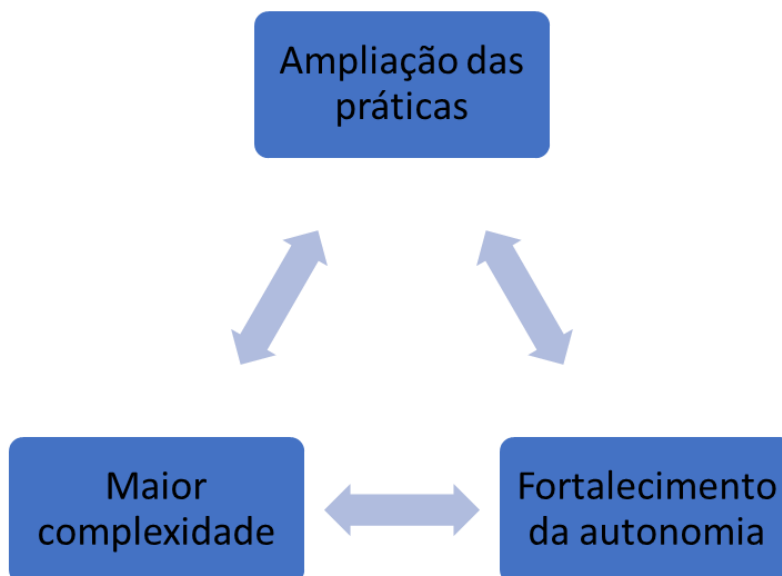
O significado da transversalidade a partir da definição da colunista Amélia Hamze, é uma proposta didática que possibilita o tratamento de conteúdos de forma integrada em todas as áreas do conhecimento. E que a transversalidade e interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania.

E é com este comprometimento que devemos agir no cotidiano, colocando em prática o conhecimento adquirido com habilidade e tendo atitude. Assim está descrito nas páginas 29 a 39 do caderno meio ambiente.

“Na prática, o que se busca nessa sistematização é que o professor possa responder a alguns questionamentos sobre a transversalidade e a interdisciplinaridade, visto que ainda não se tem sedimentada na cultura escolar a articulação pedagógica entre áreas e componentes. (BRASIL, 2022, p. 29)

Considerando que a escola de referência não atende a Educação Infantil, a atenção do estudo é voltada ao fundamental e médio e assim atentar às páginas 33 a 37 do caderno Meio ambiente, onde se expressa as orientações básicas para o ensino da transversalidade destacando a importância de um “percurso contínuo das etapas do fundamental, sem rupturas, ampliando a autonomia intelectual e as relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com as tecnologias e com o ambiente’. A proposta é trabalhar o meio ambiente no ensino fundamental propondo atividades que articulem a ampliação das práticas, maior complexidade e o fortalecimento da autoestima, conforme a figura 1:

FIGURA 1: ENSINO FUNDAMENTAL



Adaptado a partir da Fonte: (Brasil, 2022, p.34)

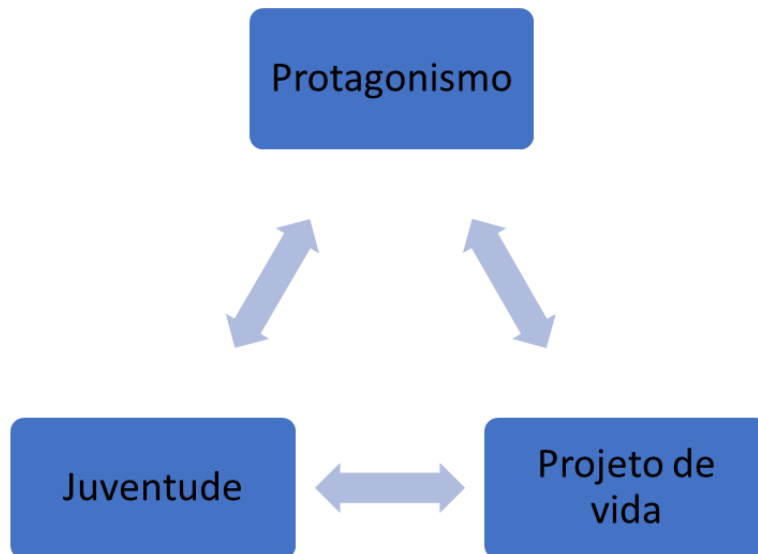
Com a organização acima, é orientado realizar algumas ações estratégicas no planejamento de atividades para o público do Ensino fundamental dos anos iniciais e finais. Os quais se destaca na integra como objeto central dos estudos sobre como ensinar transversalmente utilizando atividades intersetoriais:

Sugere-se a partir do caderno de orientações e baseados na BNCC para o atendimento ao ensino fundamental as seguintes atividades:

“Criação de laboratórios ou núcleos para o desenvolvimento da criatividade; desenvolver oportunidades de sensibilização para o tema da produção e do consumo consciente e sustentável; estimular a constituição de redes de conexões no âmbito local, regional, nacional e internacional; Estimular o mapeamento de problemas sócio ambientais locais e construção de estratégias de equacionamento; Estimular as produções educacionais. Fomentar atividades e vivências que busquem fortalecer e consolidar os vínculos de família, de amizade, de companheirismo, os laços de solidariedade humana, da tolerância e do respeito recíproco ; Fomentar iniciativas pedagógicas inovadoras ; Fomentar práticas multi, inter e transdisciplinares; Incentivar a utilização de jogos dinâmicos e vivências grupais na construção de conhecimento; Incentivar as inserções de protagonistas no contexto escolar; incentivar o uso da internet e das redes sociais para ampliar o acesso a informações e para a produção do conhecimento; Incentivar trabalhos coletivos; Promover ações e iniciativas combinadas e articuladas com diferentes segmentos comunitários; propor a criação de materiais didáticos próprios; Propor atividades que viabilizem tornar o lugar onde se vive em espaço de aprendizado: Conhecer o ambiente natural e social, o sistema político e econômico , compreender a arte e a cultura do lugar e proporcionar espaços com vista a socialização e portanto ao aprendizado mútuo” (Brasil, 2022, p. 34 e 35).

No Ensino Médio por tratar-se de um público jovem, a dinâmica de ensino volta-se ao protagonismo juvenil, compreendendo a figura de um sujeito mais ativo na sociedade e em busca de um projeto de vida que diz respeito a escolarização e o mundo do trabalho. Articulando atividades que envolvam a juventude, protagonismo e projeto de vida. Conforme a figura 2.

FIGURA 2: ENSINO MÉDIO



Adaptado a partir da Fonte: (Brasil, 2022, p.34)

A Juventude, o protagonismo e o projeto de vida. A escola propondo atividades com a participação efetiva do seu público alvo. A orientação se fundamenta em estratégias básicas desenvolvidas na escola, visando a autonomia e à cidadania do jovem perante os temas contemporâneos, especialmente que dizem respeito ao meio ambiente, pois tudo que nos cerca é ambientalmente importante para a sobrevivência dos seres. E apostar na transformação do ser humano é acreditar na Educação. Assim sugere as seguintes ações:

“Criar condições objetivas para trabalhar com os seguintes conceitos: redução do risco de desastres socio ambientais, mitigação, adaptação e resiliência; desenvolver estratégias para assumir o papel de mediador de conflitos; incentivar a produção de peças educacionais; desenvolver estratégias para que o discente seja capaz de mapear e compreender problemas socioambientais que estão no seu entorno, e que seja capaz igualmente de assumir postura ativa para solucioná-los; desenvolver sentimento de integrar uma comunidade planetária, o desenvolver estratégias para que os alunos sejam capazes de entender e dimensionar os impactos das mudanças climáticas na vida cotidiana; Estimular a adoção de padrões de vida sustentáveis em todas as suas dimensões; Estimular a criação ou participação em observatórios de demandas sociais ou de conflitos socioambientais; estimular a criação ou participação em observatórios de demandas sociais ou de conflitos socioambientais; estimular de forma permanente e continuada o desenvolvimento das habilidades, conhecimentos, atitudes e valores necessários para enfrentar os desafios socio ambientais do século XXI; estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual, desenvolvendo as condições necessárias para que aprenda permanentemente ao longo da vida; estimular o envolvimento em pesquisa ação participante como forma de produção de conhecimento e compreensão dos problemas locais, regionais, nacionais e globais; estimular o uso das redes sociais para estabelecimento de redes de

conectividade relacionados a temas de interesse pessoal , profissional e afinidades, para fins de participação em movimentos sociais; exercitar a construção de consensos; fomentar a criação de materiais didáticos próprios e vinculados às particularidades do local onde vive; fomentar o exercício pleno da cidadania no processo de construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável; fomentar práticas pedagógicas que visem o ensino pela pesquisa, pelo desenvolvimento de projetos e por meio da resolução de problemas; fomentar relações sociais solidárias e cooperativas; fomentar por meio de diferentes estratégias e linguagens, o desenvolvimento da inventividade, da criatividade e da inovação; incentivar a formação e ou participação em coletivos de juventude; incentivar o hábito do diálogo por meio de rodas de conversa” (Brasil, 2022, p.37 e 38).

As estratégias do caderno orientador comungam com as habilidades preconizadas na BNCC especialmente em relação à formação integral do sujeito e em especial do jovem. Fortalecendo o diálogo transversal, haja vista que a questão ambiental permeia em todos os conteúdos. Assim, é preciso compreender a BNCC e os currículos elaborados a partir dela, porque tem papéis complementares para a garantia do direito a aprendizagem. E é tão importante fundamentar o Projeto Político Pedagógico nos conceitos regulamentares que se interseccionam para a transformação da realidade dos estudantes no ambiente em que vivem. De maneira simples podemos dizer que “a BNCC indica o ponto aonde se quer chegar. O currículo traça o caminho até lá” (Brasil, 2017). E o Projeto Político Pedagógico alinha o projeto a realidade local com base nos demais documentos, buscando aproximar ao máximo de toda a Comunidade Escolar, por isso a dimensão político pedagógica e participativa.

O objetivo geral busca compreender a transversalidade da Educação Ambiental nas Instituições escolares através da análise de documentos norteadores, artigos sobre o tema, Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha e do caderno Meio ambiente – Educação ambiental e educação para o consumo, da série Temas contemporâneos transversais despertando mais compreensão dos caminhos possíveis da Educação transversal.

“Num primeiro ponto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deverá abarcar as diretrizes e perspectivas da BNCC e do Currículo Referência de Minas Gerais, considerando tais aspectos na definição do perfil, no planejamento das atividades nas escolas e nas suas metas e ações. Assim, a efetivação do Currículo deverá perpassar a sua discussão no PPP da escola e a sua concreta revisão por parte das unidades escolares, de acordo com os preceitos trabalhados nas normativas municipais, estaduais e nacionais. Depreende-se assim que a fase de implementação do

Currículo, no contexto das escolas, será efetivada na medida em que seu PPP se consolide em um processo de ação-reflexão ação, assumido pelo esforço coletivo e a vontade política dos atores sociais envolvidos. No cerne desse processo está o compromisso coletivo de transformar as práticas pedagógicas e sociais cotidianas, alinhando-as com as diretrizes e princípios do Currículo. Portanto, é práxis na qual além da reflexão, ao desenvolvê-lo, criam-se as possibilidades de resgatar valores, rever teorias, ressignificar experiências e promover vivências e aprendizagens contextualizadas e significativas, enfim, construir um projeto que demonstre intencionalidade e convergência com o Currículo e a Base, bem como com a realidade do território e dos estudantes. Por fim, estes três documentos (BNCC, Currículo, PPP) devem estar inseridos, direta e indiretamente, no Plano de Aula dos professores, permitindo que todo o arcabouço legal, conceitual e material discutido possa se efetivar em sala de aula, ou fora dela, no processo de ensino e aprendizagem com os estudantes” (Minas Gerais, 2018, p. 22)

Assim, após os estudos de artigos, BNCC, Currículo de Minas, série temas contemporâneos transversais e o projeto Político Pedagógico da escola de referência, percebe-se a necessidade do desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do estudante em toda a Educação Básica, exercitando a cidadania no cotidiano escolar, com atitudes sustentáveis dentro e fora da escola, contagiando toda Comunidade escolar. Ações pontuais definidas com a participação de todos que trazem impactos globais. Por isso o Projeto Político Pedagógico é tão importante e a sua construção democrática e participativa levam ao reconhecimento do quanto a Educação eleva a qualidade de vida de uma sociedade. Expressa -se na dimensão Política e pedagógica do PPP.

Ademais, o poder transformador da Educação é revolucionário e precisa atingir o seu público-alvo, na busca de alcançar as competências preconizadas na BNCC, que sendo alcançadas possibilitará a conquista de uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa.

“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Freire, 2000, p.67). Com esta frase, na perspectiva dos documentos estudados reforço a convicção de que a educação não pode restringir-se aos problemas de sala de aula. Na sua necessária dimensão ético-política precisa contribuir para a solução dos problemas contemporâneos, que dizem respeito à própria sobrevivência da humanidade e do planeta como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados para este trabalho foram de fundamental importância para o conhecimento dos documentos norteadores para a Educação Ambiental (EA), em especial o caderno de orientações formatados a luz da BNCC, homologados no ano de 2022, parte da série temas contemporâneos transversais da BNCC. Considerando também livros e artigos sobre a transversalidade e o papel da Educação na construção da Cidadania. O que possibilitou a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha relacionando-o com os documentos estudados

Através da leitura do caderno foi possível perceber as lacunas ainda existentes para que a teoria do conhecimento possa se tornar uma prática no cotidiano escolar e social. Trabalhar com os temas contemporâneos significa contextualizar os conteúdos curriculares com a vivência humana de acordo com a própria realidade fazendo com que crianças e adolescentes aprendam sobre temas que são relevantes para a vida diária.

A análise sobre os temas contemporâneos transversais e a necessidade de implementar a Educação Ambiental nas Instituições Escolares de acordo com os documentos norteadores especialmente o caderno de orientações do Ministério da Educação, regulamentado em 2022, evidencia o quanto podemos avançar no contexto socioeducacional, voltando o olhar para a formação do indivíduo com atitudes ecologicamente corretas onde todos reconheçam a sustentabilidade como bandeira na defesa do meio ambiente.

É necessário formular estratégias voltadas para trabalhar os temas contemporâneos de maneira transversal, formando alunos autônomos e conscientes do papel de todos, enquanto cidadãos. Construindo um mundo com mais qualidade de vida para todos, independente de classe social.

Por outro lado, é de grande importância a formação dos profissionais da Educação para este trabalho transversal com consciência de não impactar negativamente na aplicação dos conteúdos curriculares sabendo adaptar o conhecimento já adquirido sobre o tema com habilidade a atitude para fazer valer a transversalidade do tema Educação Ambiental- EA em todas as disciplinas de acordo com as determinações curriculares.

O Projeto Político Pedagógico da Escola deve refletir a realidade local, seguindo a BNCC e o currículo de Minas em relação aos direitos de aprendizagem dos alunos em todos os níveis. A Instituição Escolar tem por missão a formação dos indivíduos e possui uma função social conforme o preconizado na LDB e na Constituição Federal e é a partir desta atribuição é que todos devemos buscar por uma sociedade mais justa e igualitária neste país continental que é o Brasil e urgentemente agir localmente sobre a questão ambiental.

A transformação acontecerá a partir da Educação tornando os Indivíduos sociáveis, protagonistas e autônomos, tendo papel fundamental na formação do sujeito em sua cidadania plena.

Assim, compreendendo a Comunidade escolar como o conjunto dos sujeitos que estão inseridos no interior das instituições escolares (discentes, docentes, funcionários, gestores, terceirizados, estagiários) caberá a todos como Comunidade Escolar participarmos de uma Educação transversal, inclusiva, transformadora e ambientalmente responsável.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Aberta consulta pública sobre o novo Projeto Político Pedagógico do Departamento de Educação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/assuntos/noticias/aberta-consulta-publica-sobre-o-novo-projeto-politico-pedagogico-do-departamento-de-educacao>. Acesso em: 09/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. p. 7 e 8, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc>. Acesso em: 22/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. 1996/2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 22/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº2 , de 15 de junho de 2012: Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em 20/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC-caderno meio ambiente-Educação ambiental e Educação para o consumo**, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº4.281, de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providencias**. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 33, 1999.

CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Parecer Nº 11, de 7 de outubro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 24 e 28, 2010.

EEPRP. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Rosarinha Pimentinha**. Capelinha, p. 3,4,6,19,21 e 22 – aprovado em 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.42 e 90, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HAMZE, A. **O princípio da interdisciplinaridade da transversalidade**. 2021. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/o-principio-da-interdisciplinaridade-transversalidade.htm>. Acesso em: 23/09/2023. Disponível em:

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, P. 10,22, 2018. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 22/09/2023.